

Pactuingá

Jornal dos bancários das regiões de Paranaíba, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cianorte, Umuarama, Guarapuava, Goioerê e Maringá

Existe diferença entre o governo de FHC e a política que fundou a Argentina?

O neoliberalismo na América Latina está levando nações inteiras ao desespero. Vide o caso da Argentina que, se já não chegou ao fundo do poço, está bem próxima, e muitos acreditam ser muito difícil a sua recuperação. O Brasil está seguindo o mesmo rumo com FHC, que pratica a mesma política de submissão ao FMI.
Páginas 4 e 5

O PT de Toledo propõe e a Câmara de Vereadores aprova título de Cidadão Honorário a um operário. Página 7



Mais uma denúncia de maracutais envolvendo o PFL do Paraná
PÁGINA 6

Lerner encontra dificuldades para vender a Copel
PÁGINA 8

Campanha Salarial



Mobilizações forçam acordo com a Fenaban e BB apresenta nova proposta.

Páginas 2 e 3

CAMPO MOURÃO PROMOVE O TRADICIONAL COSTELÃO; UMUARAMA REALIZA CONFRATERNIZAÇÃO DE BANCÁRIOS

PÁGINA 7

Campanha da Caixa



Mais uma vez a Contec desrespeita as deliberações dos funcionários

Página 3

Campanha salarial

Mobilizações fazem Fenaban melhorar proposta

A campanha salarial deste ano não foi fácil. Mas as mobilizações dos bancários obrigaram a Fenaban a melhorar sua proposta para o fechamento de um acordo salarial razoável. Em assembleias realizadas em todo o Brasil no dia 30 de outubro, os bancários aprovaram a seguinte proposta:

Proposta da Fenaban: 5,5% de reajuste para pisos, salários, verbas e auxílios, mais abono de R\$ 1.100,00. PLR de 80% do salário mais R\$ 500,00, com limite de R\$ 7.600,00, com pagamento até 1º de março de 2002. A primeira parcela, de 40% do salário mais R\$ 200,00 com limite de R\$ 1.850,00, para a maioria dos bancos está sendo paga neste mês de novembro. Alguns bancos podem deduzir da PLR verbas já pagas a título de participação em resultados de planos próprios. Ao lado, num trabalho do Dieese, tabelas com variações baseadas na proposta da Fenaban, que demonstram que, apesar do reajuste inferior a inflação do período, que não há perdas para quem ganha até R\$ 4.560,00.

Pactuingá

Expediente

Publicação dos Sindicatos
dos Bancários do Pactuingá

CONSELHO EDITORIAL

Paranavai:

Neil E. Júnior/Fone (44) 423-3402
E-mail: seebpvai@uol.com.br

Campo Mourão:

Nivaldo Simoni/Fone (44) 523-3492
E-mail: seebcmcut@start.com.br

Toledo:

Zelário Brenn/Fone (45) 252-1851
E-mail: sbtr@toledonet.com.br

Umuarama/Assis Chateaubriand:

Wilson de Souza/Fone (44) 622-1979
E-mail: seebumu@fenixnet.com.br

Guarapuava:

João Osmar Rodrigues/Fone (42) 623-1371
E-mail: sebpvga@almix.psi.br

Tiragem: 3.000 exemplares

Piso de portaria	Situação atual CCT 2000/01	Proposta Fenaban	Variação	Correção ICV Dieese	Variação	Correção pelo INPC	Variação
Piso de Portaria	378,56	378,56		378,56		378,56	
Reajuste salarial		5,5%		8,30%		7,31%	
Salário reajustado		399,38		409,98		406,23	
Anualização*	13,33	13,33		13,33		13,33	
Salário anual		5.325,08		5.466,41		5.416,44	
Abono Fenaban		1.100,00					
Total	5.047,47	6.425,08	27,29%	5.466,41	8,30%	5.416,44	7,31%

*Onze meses + férias + décimo terceiro

Piso de Caixa e Escriturário	Situação atual CCT 2000/01	Proposta Fenaban	Variação	Correção ICV Dieese	Variação	Correção pelo INPC	Variação
Piso de Caixa	552,81	552,81		552,81		552,81	
Reajuste salarial		5,5%		8,30%		7,31%	
Salário reajustado		583,21		598,69		593,22	
Anualização*	13,33	13,33		13,33		13,33	
Salário anual		7.776,19		7.982,58		7.909,61	
Abono Fenaban		1.100,00					
Total	7.370,80	8.876,19	20,42%	7.982,58	8,30%	7.909,61	7,31%

*Onze meses + férias + décimo terceiro

Na tabela ao lado, as variações, pela proposta da Fenaban (5,5% + R\$ 1.100,00), entre os salários de R\$ 1.000,00 a R\$ 6.500,00.

Salário atual	Remuneração Conv.2000/01	Salário reajustado	Remuneração Conv.2001/2002	Variação	Diferença entre ICV	Diferença entre INPC
1.000,00	13.330,00	1.055,00	15.163,15	13,75%	5,03%	6,00%
2.000,00	26.660,00	2.110,00	29.226,30	9,63%	1,22%	2,16%
2.500,00	33.325,00	2.637,50	36.257,88	8,80%	0,46%	1,39%
2.950,00	39.323,50	3.112,25	42.586,29	8,30%	0,00%	0,92%
3.000,00	39.990,00	3.165,00	43.289,45	8,25%	-0,05%	0,88%
3.500,00	46.655,00	3.692,50	50.321,03	7,86%	-0,41%	0,51%
4.000,00	53.320,00	4.220,00	57.352,60	7,56%	-0,68%	0,24%
4.560,00	60.784,80	4.810,80	65.227,96	7,31%	-0,91%	0,00%
5.000,00	66.650,00	5.275,00	71.415,75	7,15%	-1,06%	-0,15%
5.500,00	73.315,00	5.802,50	78.447,33	7,00%	-1,20%	-0,29%
6.000,00	79.980,00	6.330,00	85.478,90	6,88%	-1,32%	-0,41%
6.500,00	86.645,00	6.857,50	92.510,48	6,77%	-1,41%	-0,50%

Avaliação

Para os Sindicatos de Bancários da CUT, o resultado das negociações com a Fenaban em 2001 é bastante satisfatória, mesmo não sido alcançada a reposição integral da inflação do último período (7,3%, de acordo com o IBGE). Esta avaliação positiva se deve, basicamente, a três fatores. Primeiramente, porque a melhoria da proposta só aconteceu por causa das manifestações dos bancários em todo o Brasil.

Em segundo lugar, porque, apesar

da conjuntura difícil, a categoria bancária é uma das únicas que não tem sofrido perdas em seu Acordo Coletivo.

Por último, é necessário salientar as conquistas desta Campanha. Além de renovar na íntegra a Convenção Coletiva, foi conquistada a instalação de três Comissões Temáticas. Através destas comissões é possível discutir com mais tempo e mais profundidade alguns temas de grande importância para o dia-a-dia dos bancários.

A primeira delas é a Comissão de Igualdade de Oportunidades, que tratará da discriminação de mulheres, negros e portadores de deficiência. A segunda é a Comissão de Segurança no Trabalho, que terá, inclusive, a presença de representante da Polícia Federal. A terceira comissão é a de Saúde e Condições de Trabalho, que terá como objetivo criar políticas para a prevenção às doenças do trabalho, câncer de mama, câncer de próstata e AIDS.

Banco do Brasil

Este ano, os funcionários do BB deram demonstrações claras de que já não aceitam mais a política de congelamento de salários imposta pelo governo FHC. Em todo o Brasil, a participação em assembléias, as mobilizações e paralisações foram muito maiores do que nos anos anteriores. Prova disso é que, ao decidir realizar paralisação de 24 horas no dia 08/11, o Banco do Brasil ameaçou ajuizar dissídio no TST. As mobilizações só não foram maiores porque contamos ainda com a presença da Contec, que não mobiliza seus sindicatos e, em anos anteriores, ajuizou dissídios cujo resultado foi a mera homologação das propostas do Banco.

A Comissão de Empresa avaliou que o TST poderia,

mais uma vez, impor um grande prejuízo aos funcionários do Banco do Brasil e conseguiu fazer com que o banco retomas-se as negociações.

NOVA PROPOSTA: a última proposta apresentada pelo BB ainda é insuficiente para repor as perdas do período FHC, que já ultrapassam 60%. A íntegra da proposta é a seguinte:

* Reajuste: **2%**;

* Abono Salarial: **1 salário bruto com piso de R\$ 1.000,00** sobre os salários de agosto 2001;

* Valetik: **R\$ 9,40**;

* Auxílio Creche: **R\$ 110,00**;

* Cesta-alimentação: **R\$ 60,00**

* Pagamento das diferenças dos meses de setembro, outubro e novembro na primeira



No BB, a mobilização dos funcionários está maior na campanha deste ano, o que está obrigando o Banco a negociar

quinzena de dezembro/2001;

* Suspensão das consignações nos meses de dezembro/2001, janeiro e fevereiro/2002.

Os representantes do banco na Previ não farão objeção a implementação da medida também pela caixa de previdência. (a Comissão de Empresa tam-

bém enviará ofício solicitando a suspensão das consignações na Previ);

* Cláusula definindo prazo para negociação da PLR;

* Após assinatura do acordo início das negociações sobre a CCP. O pagamento do abono salarial se dará após a

assinatura do acordo.

Esta proposta ainda será analisada pelas assembléias, previstas para o dia 21/11. Mas uma coisa fica cada vez mais clara para os funcionários do BB: para os altos executivos tudo, para os trabalhadores migalhas.

Contec prejudica trabalhadores da Caixa



DESMONTE

A Caixa Econômica, com ajuda da Contec e do TST, tem implementado uma política cruel de arrocho salarial e outras injustiças praticadas contra os funcionários.

Por ter o mesmo patrão, a política salarial da Caixa é parecida com a do Banco do Brasil. Na Caixa também os salários estão sem reajuste há seis anos. Na campanha deste ano, os bancários da Caixa, filiados a CNB/CUT, por deliberação de congressos, não entregaram a minuta específica ao banco, e sim deliberaram por reivindicar a aplicação do acordo da Fenaban aos funcionários da Caixa. Ao mesmo tempo, encaminharam um abaixo-assinado desautorizando a Contec de assinar acordo em nome dos sindicatos que ela não representa.

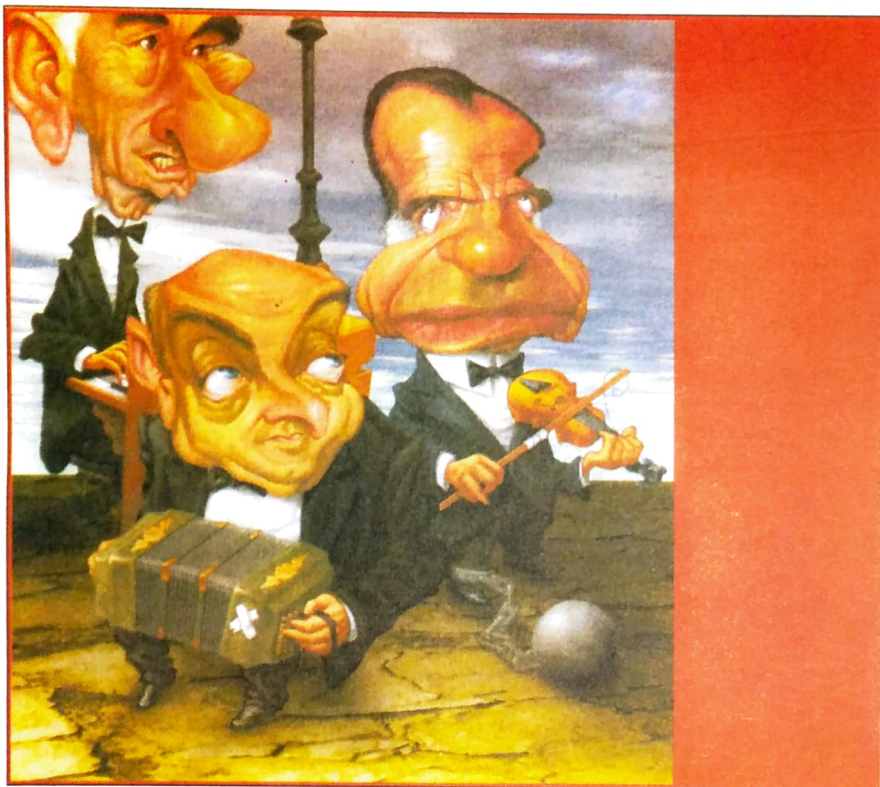
Mas, de novo, a Contec põe-se subserviente à vontade da direção da Caixa. É que a última proposta apresentada pela Caixa (de reajuste zero, abono de um salário bruto com valor mínimo de R\$ 900,00 e máximo de R\$ 8.000,00, e aplicação de dois deltas (níveis) nos salários, o que pode resultar num reajuste de 1% a 2% nos salários) tem o compromisso da Contec de assinar o acordo, se a maioria dos funcionários, em nível de Brasil, aprovarem a proposta, através de

votação eletrônica. Nessa proposta está embutido um valor de R\$ 28,50 a ser descontado de cada funcionário a título de "reversão salarial", que será rateado entre Contec, Federações e Sindicatos. Para esse desconto geralmente é dado um prazo para que o funcionário possa se opor a ele. Devido a pouca divulgação, muitos deixam passar despercebidos.

Outra injustiça é que o plano de saúde que a Caixa tem tentado impor, sem sucesso, aos seus funcionários, com o acordo pode ser legalizado. Vale lembrar que os Sindicatos da CUT, em ações na Justiça, têm ganho liminar contra a aplicação do plano.

A Contec atravessa, desrespeitando as deliberações do Congresso que deu início à campanha deste ano, onde decidiu-se por reivindicar o acordo da Fenaban. Atravessa, também, quando desrespeita as decisões de assembléias e do abaixo-assinado que a desautorizaram a assinar acordo em nome daqueles funcionários que estão em bases de sindicatos da CNB/CUT.

O caos da Argentina e a crise econômica de FHC. Qual a...



Brasil caminha para crise semelhante à da Argentina

A crise argentina pegou o Brasil em seu pior momento, em meio a redução na produção por causa da crise energética e de dificuldades cambiais. Para alguns renomados economistas, a situação cambial do Brasil é gravíssima e isso dificulta a atuação em relação à

crise argentina. Sem falar que FHC, para agradar ao FMI, privatizou quase todas as estatais e abriu indiscriminadamente a economia brasileira ao capital externo. O desemprego hoje no país é recorde e os problemas sociais aumentam a cada dia. A CUT e os partidos de oposição têm

alertado que tudo isso pode levar o Brasil à uma crise semelhante à da Argentina. O pior é que tudo isso poderia ter sido evitado se o governo FHC tivesse ouvido os conselhos da oposição e não ficasse tão dependente do FMI, exatamente como fez o governo da Argentina.

A falência da economia argentina serve de exemplo para provar que o modelo neoliberal está falido. Em quase dez anos de muitos equívocos cometidos, o governo Menem submeteu os destinos do povo argentino aos caprichos do FMI. A Argentina privatizou suas estatais e abriu as portas ao capitalismo internacional sem uma política de proteção às empresas nacionais. A quebra de empresas e o desemprego foram inevitáveis. A eleição do presidente De La Rúa não resolveu. Ao contrário, pois manteve a política de arrocho de salários, aumentou os impostos e a dependência internaci-

onal. Hoje o país agoniza em meio a maior crise de sua história. Aqui no Brasil conhecemos bem essa situação. A economia não cresce, a arrecadação está em baixa, o déficit público aumenta, o desemprego avoluma, inibindo o mercado de consumo, as contas externas se desequilibram. Com o Menem e De La Rúa, o governo FHC se curvou ao FMI, com quem fez acordos pagando juros indecorosos, privatizou tudo que pôde e a dívida externa só cresceu.

A crise da Argentina e a situação do Brasil não são fatos surpreendentes. Há muito tempo os organismos populares, como sindicatos e partidos

Na Argentina

Todo mundo sabe que a Argentina enfrenta um problema de competitividade devido ao sistema de câmbio rígido atrelado ao dólar. Por causa disso, o peso está sobrevalorizado, o que eleva o preço de seus produtos. Foi esse modelo cambial o que gerou inúmeras distorções e tirou o dinamismo da economia argentina. Entretanto, as raízes da crise são bem mais extensas e têm origem na política neoliberal executada nos quase dez anos de governo Menem. Os principais reflexos são: corte de salários e aposentadorias, altas taxas de desemprego, quebra de empresas e aumento de impostos, entre outros.

política diferença?

oposição, alertam sobre esse risco. O modelo neoliberal imposto pelo FMI e pelo governo americano baseia-se sobre a idéia de acentuação das desigualdades sociais e de quebra das estruturas populares, como sindicatos, por exemplo, o que impulsiona o poderio econômico das grandes empresas, que são as que, efetivamente, fazem ter sentido a palavra globalização. O terceiro mundo é forçado pelo próprio contexto in-

ternacional gerado pela globalização a adotar práticas neoliberais, práticas essas que aumentam sua dependência econômica, mas impedem sua inserção frente ao comércio internacional. Os países encontraram diferentes formas de aplicar e sustentar o modelo neoliberal, mas a realidade e as consequências desse sistema nas diferentes nações são relativamente parecidas. Vide exemplo de Brasil e Argentina.

No Brasil

Os componentes fundamentais da crise brasileira são muitos. Veja os principais:

- 1) - A absurda aventura das privatizações.
- 2) - Os efeitos perversos da política econômica submetida ao FMI, com absurdos acordos e pagamentos de juros exorbitantes.
- 3) - A fragilidade do modelo econômico atual, na medida em que a crise energética, gerada por esse modelo, fará com que o país ingresse em mais um período recessivo com as consequências sociais previsíveis: aumento do desemprego e ampliação da exclusão social.
- 4) - A corrupção tomou conta do governo federal e se estende por sua base de apoio.
- 5) - A situação social, somada à ausência de políticas públicas, aumenta a insegurança do país.
- 6) - A seca do Nordeste mergulha aquela região em nova grave crise social, sobre a qual havia previsões há muito tempo.
- 7) - Como se não bastasse tudo isso, o presidente, com enorme desfaçatez, tenta isentar-se de suas responsabilidades. Como o fez nas suas últimas entrevistas, onde insiste em suas bravatas, não assume seus erros e tenta incriminar as oposições.

E pra terminar: FHC ensaia novas privatizações, inclusive a possibilidade de se atingir a Petrobrás, o Banco do Brasil e o sistema previdenciário, no melhor estilo argentino.

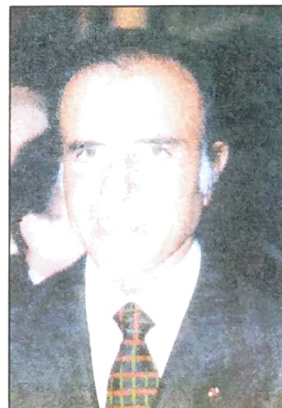
Neoliberalismo começou no Chile

Para se falar em neoliberalismo na América Latina, é preciso primordialmente analisar o exemplo do Chile, primeiro país a adotar tais práticas. Aliás, o Chile foi o primeiro país neoliberal do mundo, um verdadeiro terreno de experimentações para os países desenvolvidos. A adoção de tal política se deu sob a ditadura de Pinochet (que assumiu através de um golpe em 73). Esse governo sintetiza todo o receituário neoliberal: primeiramente, ele promoveu a total abertura da economia às importações, reprimiu os sindicatos, transferiu a renda dos pobres para os ricos. Com isso contribuiu para a falência de milhares de pequenas empresas e para o aumento do desemprego. Depois, iniciou o programa de

privatizações e desregulou a economia, provocou quebra de empresas nacionais, mais desemprego e levou o país à beira do colapso. Outro exemplo ilustrativo foi o ocorrido com o México, que viveu sua pior crise financeira em dezembro de 1994. O país fora, até então, o melhor aluno do FMI e do Banco Mundial; fez a desregulamentação da economia, a abertura econômica ao exterior e a política de privatizações de suas empresas estatais. A crise financeira resultante teve as consequências típicas desse quadro, que hoje conhecemos bem no Brasil: inflação, recessão, aumento do desemprego e falências de empresas.

A ditadura de Pinochet foi o berço do neoliberalismo...

UM MODELO FALIDO



No Brasil, pesquisas realizadas por respeitáveis órgãos têm mostrado que a popularidade de FHC cai a cada dia.

Os partidos de oposição acreditam que o fim desses governos representaria o fim de uma era neoliberal, a não ser que seus sucessores sejam seus seguidores, falando-se em termos de ideologia de governo.

Além do mais, o aumento do desemprego e das desigualdades sociais, a crise das bolsas, as privatizações e todo um conjunto de práticas normais ao contexto neoliberal começam a ser contestadas pelo povo latino-americano.

Basta notar que as idéias de formar blocos econômicos de livre comércio, como a Alca (na América Latina), por exemplo, e de estimular a globalização encontram cada vez mais opositores.

Isso leva a supor que o futuro de nosso plano econômico é também o seu fim, caracterizado pela gradual abolição das práticas neoliberais.

Seja no Brasil, no México, no Chile ou na Argentina, os rumos do neoliberalismo foram muito parecidos, acentuando-se a idéia de um modelo econômico previsível.

Primeiramente, foi vencida a guerra contra a inflação, a semelhança do ocorrido nos países europeus que adotaram o neoliberalismo. Além disso, tanto no Brasil como nos demais países da América Latina ocorreu uma continuação do progra-

ma de privatizações lançado pelo Chile. Isso porque as privatizações seguem à risca a idéia neoliberal.

Os sinais da crise desse modelo já são visíveis e é difícil acreditar que dure muito mais. Seus elementos de sustentação perdem forças a cada dia: no Chile, a ditadura de Pinochet acabou e a situação hoje é sustentável. Menem, na Argentina, já faz parte do passado e o atual governo de De La Rúa está desacreditado.

FLEXIBILIZAÇÃO

Mudança na legislação é outro golpe de FHC

Agora eles mexem nas férias, 13º salário e licença-gestante

Os trabalhadores brasileiros estão prestes a sofrer mais um grande golpe do governo FHC. Há muito tempo esse governo vem adotando uma série de medidas na tentativa de desestruturar a representação dos trabalhadores. Primeiro foi a Medida Provisória 1709, que estabeleceu o trabalho em tempo parcial; depois veio a MP 1726, que possibilitou a suspensão do contrato de trabalho por tempo determinado (a demissão temporária), e logo na sequência veio a Lei 9601, que ampliou as possibilidades de aplicação de contratos por prazo de-

terminado, instituindo ainda o banco de horas sem garantir a redução da jornada média de trabalho.

E a flexibilização na legislação trabalhista continua. Agora governo FHC dá outra paulada nos trabalhadores, com um projeto de lei, do Ministério do Trabalho e que já está no Congresso, que altera o artigo 618 da CLT, que dá direito aos sindicatos e patrões de negociarem as férias, o 13º salário, a licença gestante e outros direitos, à revelia dos trabalhadores. É um verdadeiro assalto aos direitos trabalhistas.

A CUT contesta

A CUT, que contesta veementemente a proposta, considera que a flexibilização na legislação trabalhista promovida pelo governo FHC, é uma grande afronta aos trabalhadores porque ameaça acabar ou reduzir direitos históricos conquistados com muita luta. Sem contar que se o projeto for aprovado, vai abrir mais espaço para que sindicatos mal intencionados ou despreparados continuem agindo em sintonia com o governo e os patrões, em prejuízo aos trabalhadores que representam. Por essas e outras, a CUT e os seus sindicatos já estão mobilizados no sentido de pressionar os congressistas para que rejeitem o projeto.

O PFL do Paraná cada vez afunda mais

Até quando o PFL, partido de Jaime Lerner, vai resistir a tantas denúncias de envolvimento em maracutaias. Se em nível nacional é tido como o principal apoiador da política suicida de FHC, aqui no Paraná o PFL é ainda pior: frequentemente está envolvido em escândalos e está afundando cada vez mais. O mais recente episódio na trajetória decadente dos pefelistas paranaenses envolve o prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi. Os indícios do crime são fortes. Na semana passada, em depoimento ao Ministério Público do Paraná, o economista aposentado

Francisco Paladino Júnior, 63, confirmou a autenticidade do livro-caixa que mostra movimentações financeiras não declaradas à Justiça Eleitoral na campanha à reeleição de Taniguchi. Vale lembrar que Paladino Júnior foi o tesoureiro da campanha do PFL.

Tudo leva a crer que o PFL movimentou R\$ 29,8 milhões num caixa dois da campanha de Taniguchi. O caixa secreto da campanha de Taniguchi traz anotações manuscritas de entradas e saídas e abreviaturas dos nomes de beneficiários e colabora-



Taniguchi, a última esperança do PFL no Paraná, acusado de fazer caixa 2 na campanha

dores.

Lembra do Belinati? -

O esquema relatado pelo ex-tesoureiro apresenta semelhanças com o que levou à cassação do ex-prefeito de Londrina, Antônio Belinati (ex-

PFL). Belinati, cuja esposa (Emília) é vice-governadora, mantinha forte ligação com Jaime Lerner. Aliás, há fortíssimas suspeitas de que boa parte dos R\$ 70 milhões roubados pelos Belinati da prefeitura de Londrina, serviu para ajudar na campanha que reelegeu Lerner. Apesar de tudo isso, Antônio Belinati foi preso mas não permaneceu na cadeia. Até agora o dinheiro não foi devolvido; o ex-prefeito está impune e (pasmem!) pensa em disputar as eleições do ano que vem.

Bom exemplo - Aliás, os partidos de oposição têm dado exemplo de honestidade: não realizam campanhas políticas milionárias

e estão crescendo a cada eleição.

Cá entre nós: por que um político que gasta R\$ 32 milhões numa campanha e só declara R\$ 3 milhões? Será que é honesta a procedência desse dinheiro? Quem age assim quer apenas vencer a eleição e trabalhar pelo povo, ou pretende chegar ao poder e ter meios de se apossar de valores muito maiores do que os investidos durante a campanha, como fizeram os Belinati, em Londrina?

Outra pergunta: será que tudo isso acontece sem a sem a conivência ou o conhecimento de Lerner? E olha que desta vez a denúncia não partiu da oposição.



Dionísio Barreiro, operário agraciado com o título de Cidadão Honorário de Toledo

Toledo: PT homenageia operário

A Bancada do PT apresentou o nome de Dionísio Barreiro, operário da construção civil, para receber o título de Cidadão Honorário do município de Toledo. O Projeto de Resolução foi aprovado em segunda votação na sessão ordinária do dia 05 de novembro de 2001.

A indicação de Dionísio Barreiro tem o objetivo de homenagear o conjunto dos trabalhadores que contribuíram para o crescimento e desenvolvimento da cidade de Toledo e que geralmente não são lembrados. O home-

nageado, Sr. Dionísio Barreiro, fez e faz parte da história de Toledo. Através de seu trabalho, edificou vários prédios que são históricos para o município de Toledo, entre eles o Colégio La Salle, o antigo prédio do Ivo Welter, a Catedral, o Hospital Dr. Campagnollo, o prédio da atual Magazine Luiza entre outros. Os vereadores do PT de Toledo, Elton Welter e Florinda de Oliveira, acreditam que, ao homenagear Dionísio Barreiro, a Câmara Municipal de Toledo está homenageando a todos os trabalhadores que, de uma

forma ou de outra, fazem do trabalho diário a grande obra que é a cidade. A homenagem é inusitada e bem merecida. Para o Pactuingá o feito é digno de aplausos ao PT e a Câmara de Vereadores de Toledo. Diferente de outras cidades, onde o costume é outorgar títulos a personalidades políticas ou artísticas que pouco ou nada fizeram pela cidade. Assim fez a Câmara de Vereadores de Curitiba, que outorgou um título ao cantor Chico Buarque, e o mesmo não quis recebê-lo, por achar que não merecia.

FGTS

A recomendação dos Sindicatos do Pactuingá ainda é a mesma da CUT: não assinar Termo de Adesão sem que antes se saiba o quanto se terá direito a receber. De qualquer forma, a decisão de assinar ou não o Termo de Adesão é de cada trabalhador. A CUT orienta os trabalhadores a preencherem somente os dados cadastrais do formulário disponibilizado pelo governo. Os trabalhadores têm até o mês de abril de 2002 para decidirem se assinam ou não o Termo de Adesão. É tempo suficiente para obter informações do saldo do FGTS à época dos planos. Lembramos ainda que em 91 a Caixa passou a administrar o Fundo de Garantia de todos os trabalhadores. Antes cada empresa depositava num banco de sua conveniência. No caso dos bancários o FGTS era depositado no banco em que trabalhava.

Umuarama

Confraternização de 2001

O Sindicato dos Bancários de Umuarama convida os bancários das regiões para confraternização de final de ano, programada para o dia 1º de dezembro próximo, na Chácara dos Bancários (localizada na saída para Perobal). O almoço será servido pelo Buffet Dunas, acompanhado de música ao vivo. Os ingressos custam R\$ 6,00 cada e podem ser adquiridos na Secretaria do Sindicato ou reservados pelo fone (44) 622-1979. Na parte da manhã haverá jogos de volêi de areia e futebol suíço.



A boa participação dos bancários na confraternização do ano passado, leva o Sindicato a realizar novamente o evento

CAMPO MOURÃO COSTELÃO



Costelão: quem já provou, sempre volta para experimentar de novo

No dia 1º de dezembro acontecerá em Campo Mourão o tradicional e delicioso COSTELÃO. É uma promoção do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão, que além da deliciosa Constela no Chão, terá atividades esportivas durante todo o dia. Os convites podem ser adquiridos no Sindicato (fone 44 523-3492). As inscrições para os jogos de truco, canastra e futebol suíço serão feitas na hora. O sindicato convida a região para, mais uma vez, prestigiar essa grande confraternização de bancários, familiares e amigos.

Nova diretoria no Seeb Toledo

Eleita no dia 10 de outubro, a nova diretoria do Seeb de Toledo será empossada no dia 12 de dezembro. Nos próximos três anos, a presidência do Seeb será ocupada pela companheira Lúcia Brentano Vogt. A composição da nova diretoria é a seguinte: Presidente: LUCIA BRENTANO VOGT; Vice-Presidente: ZELARIO BREMM; Secretária-Geral: ANA NICE GEMELLI HENDGES; Secretária de Finanças: LEZIA MARIA GALEAZZI; Secretária de Cultura e Formação: ISABEL CRISTINA GREGÓRIO; Secretária de Ass. Juríd. e Sóci-Econômicos: ORLANDO PAGNUSSATTI; Secretária de Assuntos Sociais e Esportivos: JOÃO CARLOS PADILHA; Secretária de Imprensa e Divulgação: VALTAIR CAETANO APOLINÁRIO; Secretária de Política Sindical: AURIO DE SOUZA; Secretária de Política Social: GLACY ANTONIA GRANDO; Secretária Assuntos da CEF: TÂNIA ELIANE RITTER; Secretária Assuntos BB: HILDEGARD URSULA I. KUKOWITSCH; Secretária Assuntos Estaduais: LOTARIO FREITAG, e Secretária Assuntos Privados: ARGEMIRO MINATTI.

Está mais difícil para Lerner vender a Copel



Até mesmo alguns aliados de Lerner não apostam mais na venda da Copel...

Os Sindicatos do Pactungá ajudaram no plebiscito em que a população paranaense disse "não" à privatização da Copel

e seus aliados estão numa sinuca de bico. Nos últimos dias, têm amargado sucessivas derrotas no processo de privatização da Copel.

Primeiro foi aquele abaixo-assinado em que mais de 92% da população paranaense condenaram a intenção de Lerner, de entregar à iniciativa privada a mais eficiente empresa pública de energia elétrica do país.

Vale lembrar que várias liminares, infelizmente todas elas cassadas, pediam o cancelamento do leilão. Apenas a liminar que anula a sessão da Assembléia que rejeitou o Projeto Popular

O governo conta a venda da Copel, ainda não foi derrubada, embora também não tenha sido cumprida.

Tem ainda outra questão: quase todos os grupos interessados na Copel desistiram, na última hora, de participar do leilão, alegando, entre outras coisas, que o preço mínimo (de pouco mais de R\$ 5 bilhões) era alto demais. Tudo isso obrigou Lerner a adiar, por duas vezes, a realização do leilão.

Não há dúvidas que o governo Lerner sai debilitado desse processo. Embora no Palácio Iguaçu se informe oficialmente que a questão está em

estudos, o assunto está sendo dado por encerrado até pelos integrantes do bloco lernista.

Pelo menos por ora não existe clima para a retomada da privatização, nem o governo sabe como poderia voltar à tona - se começando tudo do início com outro edital de licitação, ou se faria um

aditivo ao processo interrompido. De uma forma ou de outra, ficaria comprovado que o Fórum Popular estava certo ao apontar irregularidades no processo, entre eles de que o preço mínimo estabelecido é inferior ao valor real da companhia

Oposição não acredita que Lerner vai desistir da privatização

O tempo está acabando...

Lerner chegou a anunciar que poderia desistir de vender a Copel. Mas a oposição acredita que o governador está blefando. Considera isso como uma jogada para tentar desmobilizar a grande multidão de paranaenses que estão contra a privatização.

Na verdade, Lerner corre contra o tempo para vender a Copel. A lei número 12.355, de 12 de dezembro de 1998, que autoriza a desestatização da companhia paranaense, estabelece como prazo final para a venda da companhia 31 de janeiro de 2002. Se a venda não ocorrer até esta data, perde também a eficácia e o governo do Paraná será obrigado a passar nova lei pela Assembléia Legislativa, onde enfrentou fortes pressões populares e dos partidos de oposição.

Entenda a novela da privatização

JULHO

* 40 mil pessoas contrárias à venda da Copel, no dia 11, cercam a Assembléia Legislativa durante ato de entrega de 140 mil assinaturas do primeiro projeto de iniciativa popular a tramitar em um legislativo estadual no país.

AGOSTO

* Estudantes ocupam o Plenário da Assembléia Legislativa em 15 de agosto durante votação do projeto de iniciativa popular.
* Manifestantes são reprimidos pela polícia, no dia 20, durante protesto.
* A Assembléia rejeita por 27 a 26 o projeto de iniciativa popular.

SETEMBRO

* Governo anuncia o preço mínimo para o leilão: R\$ 4,324 bilhões.
* O Fórum Popular contesta valor e diz que a empresa vale pelo menos 25 bilhões de reais.

OCTUBRO

* Compradores anunciam sucessivamente sua desistência do leilão: a espanhola Endesa, a francesa EDF, as norte-americanas AES e Duke Energy, o consórcio VBC e a canadense Hydro Quebec.
* A 9ª Vara Cível de Curitiba concede liminar suspendendo o leilão.
* A 9ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba dá liminar suspendendo o leilão, cassada pelo TJ do Paraná.
* 29/10- Três grupos estão pré-qualificados para o leilão: Alteres Participações, do banco GP, Tractebel e o consórcio Maromba S.A. (Votorantim e Vale), que anuncia sua desistência.
* Preço mínimo da companhia é fixado em R\$ 5,068 bilhões
* Dois juizes federais concedem liminar suspendendo o leilão.
* Prazo para entrega das garantias para o leilão é adiado para 6 de novembro.
* Tractebel anuncia que não participará e o governo adia o leilão

NOVEMBRO

* No dia 2, o governo admite pela primeira vez que desistirá de vender a Copel.